

AJUSTE DIRETO

CONVITE

Procedimento por “Ajuste Direto”: **AJ/12/2025-PPC**

NIPG n.º 23142/24

Contratação: **Renovação do licenciamento do SaaS dos dois Mupis Partteam instalados em Óbidos**

Exmos. Senhores

Tendo em vista a contratação acima referida, convida-se V. Exas. a apresentar uma proposta de acordo com as especificações constantes no caderno de encargos, que se anexa.

Nos termos das disposições legais em vigor, não poderão V. Exas. estar abrangidos pelos impedimentos previstos no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do mesmo diploma legal. Em consequência, aquando da apresentação da proposta, é obrigatória a apresentação da “Declaração – a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP”, conforme Anexo I do CCP e, aquando da celebração do respetivo contrato, é obrigatória a apresentação da “Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP”, conforme Anexo II do CCP.

Em tudo o não especificado no presente Convite e respetivo Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente, as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Anexo – Termos e condições;

Anexo I – Declaração de Compromisso a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP

Anexo II – Modelo de Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP

Anexo III – Modelo de Proposta

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimentos

Anexo V – Modelo de Declaração Consentimento de Tratamento de Dados

Anexo VI - Modelo de Declaração de Interlocutor/Gestor do Contrato

CONVITE

Ajuste Direto: AJ/12/2025-PPC

NIPG n.º 23142/24

Contratação: **Renovação do licenciamento do SaaS dos dois Mupis Partteam instalados em Óbidos**

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

Município de Óbidos

NIPC: 506 802 698

Morada: Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos

Telefone: 262 955 500/531

Endereço eletrónico: servico.compras@cm-obidos.pt

Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

2. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, conjugado com os artigos n.ºs 36.º, 38.º e n.º 2 do 40.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

3. OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem como objeto principal a **Renovação do licenciamento do SaaS dos dois Mupis Partteam instalados em Óbidos**, de acordo com as obrigações e especificações técnicas previstas no Caderno de Encargos.

O objeto do contrato encontra-se definido com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o Código CPV – 30200000 - 1 Equipamento e material informático nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28,11/2007, aplicável a partir de 15/09/2008.

O convite é feito de acordo com o disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e é tramitado exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt utilizada pelo Município de Óbidos, sendo o presente procedimento, em tudo o que nele não estiver previsto, regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Dada a natureza da necessidade a satisfazer e face ao valor do preço base fixado, bem como a informação do Serviço Requisitante que se transcreve: ***“Pretende-se com esta proposta, garantir a continuada de serviço dos 2 (dois) mupis Partteam instalados junto à paragem de autocarros de Óbidos e junto às Piscinas Municipais de Óbidos. Trata-se de equipamento digital que utiliza Software As A Service (SaaS) logo, sujeito a licenciamento de utilização. Pretende-se garantir o normal funcionamento destes equipamentos pelo período de 36 meses (3 anos).”***

O procedimento de ajuste direto consubstancia-se no facto de o valor do contrato a celebrar ser inferior a 20.000,00 € (vinte mil euros) enquadrando-se assim no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, respeitando os princípios da economia e celeridade processual, bem como no facto de o Município de Óbidos não dispor de recursos próprios para a realização da necessidade a satisfazer.

5. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a entidade convidada pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que apenas possam ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

Nos termos do disposto no artigo 116.º do CCP, quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a 9 (nove) dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pela entidade convidada a apresentar proposta, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo não sejam por ele expressamente aceites.

Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

A proposta deve ser apresentada até às **23h59m** do dia **27 de fevereiro de 2025**.

A proposta deve ser apresentada exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Formulário principal, devidamente preenchido, disponível na plataforma eletrónica de contratação pública;
- b) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada nos moldes do **Anexo I** do CCP (declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- c) Documento que contenha os **termos e condições**, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, em conformidade com o **Anexo III** deste convite:
 - Preço contratual total, sem inclusão do IVA;
 - Preços unitários, sem inclusão do IVA;
 - Prazo da prestação dos serviços.
- d) Certidão do registo comercial ou código da certidão permanente da sociedade.

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP, integram também a proposta, quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos, expressos em euros, e não incluem o IVA.

Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Todos os documentos apresentados pelo concorrente, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com os artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Os certificados a que se refere o parágrafo anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ata ou procuração.

8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, no entanto, estrangeirismos e termos técnicos usuais no objeto do contrato a celebrar.

9. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

11. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

A entidade adjudicante reserva-se o direito de não adjudicar quando se verifique alguma das condições previstas no artigo 79.º do CCP.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao Código dos Contratos Públicos, conforme o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- b)** Documentos comprovativos de não se encontrar na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, nomeadamente:
 - i.** Certificado de registo criminal, para **efeitos de contratação pública** da sociedade, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii.** Certificado de registo criminal, para **efeitos de contratação pública** de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - iii.** Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - iv.** Certidão comprovativa de que tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP.
- c)** Declaração de Inexistência de Impedimentos, conforme minuta apresentada no **Anexo IV** a este convite;
- d)** Declaração do Consentimento para Tratamento de Dados, conforme **Anexo V** a este convite, em número equivalente ao número de titulares que forneçam dados pessoais;
- e)** Comprovativo de inscrição no RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo), **atualizado à data da apresentação dos documentos**, ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso, em conformidade com o previsto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;

f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;

g) Documento com a designação do responsável que represente o adjudicatário, o qual servirá de interlocutor entre as partes para resolução e/ou conhecimento de qualquer assunto inerente ao objeto do contrato, com indicação do nome, contacto(s) telefónico(s) e endereço de correio eletrónico, **acompanhado de Declaração do Consentimento para Tratamento de Dados conforme Anexos V e VI** a este convite.

O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação da entidade adjudicatária, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a **5 (cinco) dias**, tal como dispõe o n.º 2 do artigo 85.º do CCP.

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, a entidade adjudicante notifica a entidade adjudicatária relativamente ao facto, fixando-lhe um prazo de **2 (dois) dias úteis**, para que este se pronuncie por escrito ao abrigo da audiência prévia, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável à entidade adjudicatária, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo de **5 (cinco) dias úteis** para suprimimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.

A não apresentação dos documentos de habilitação, faz caducar a adjudicação, nos termos do artigo 86.º do CCP.

13. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nos termos do disposto do n.º 4 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, e sob pena da caducidade da adjudicação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizados.

14. CAUÇÃO

Atendendo a que o valor do preço contratual é inferior a 500.000,00€, não é exigida caução nem se procederá a retenção nos pagamentos, em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

15. CONTRATO

Não será celebrado contrato escrito em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

Nos termos do n.º 3 do citado artigo, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

16. PUBLICITAÇÃO

O procedimento de ajuste direto está sujeito a publicitação, em conformidade com o disposto no artigo 127.º do CCP.

17. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais, que o adjudicatário deverá ter em conta na apresentação da sua proposta, são as constantes do Caderno de Encargos anexo ao presente convite e que dele faz parte integrante.

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

A Técnica Superior

Sandra Pedro

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data),[assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea *i*) da alínea *b*) ou alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de Proposta

a) (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), propõe-se a prestar os serviços a que se refere o procedimento de contratação pública designado _____, em conformidade com o caderno de encargos, pelo **preço contratual** de _____ € (_____), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Às quantias supramencionadas incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor:

- a) _____ 6%
- b) _____ 13%
- c) _____ 23%

b) O prazo da prestação de serviços é de _____ meses.

c) Preços unitários.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO IV

Modelo de declaração de Inexistência de Impedimentos

(n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos)

1 - Para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (identificação do concorrente) _____, NIF n.º _____, na qualidade de adjudicatário à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência _____, neste ato representada por _____ que declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo.

2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

[..... (local), (data),[assinatura(s)].

ANEXO V

Modelo de declaração Consentimento Tratamento de Dados

1 - Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, informo que, eu _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, fui informado/a que o Município de Óbidos irá recolher junto da entidade _____, dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 - Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento _____, e que no caso da entidade _____ vir a ser o adjudicatário, os meus dados serão elementos integrantes do contrato a celebrar.

3 - Fui também informado/a que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo, eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.

4 - Fui, ainda, informado/a que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Assinatura

ANEXO VI

Modelo de Declaração de Interlocutor/Gestor do Contrato

..... (nome), na qualidade de Interlocutor/Gestor do Contrato delegado pela (firma, entidade, sociedade comercial, etc), o qual deve cumprir a gestão de contrato como previsto na Cláusula do Caderno de Encargos, disponibilizando para isso os seguintes contactos:

1) Nome: _____;

2) Email: _____;

3) Número de telemóvel: _____.

... (local), ... (data), ... [assinatura]